

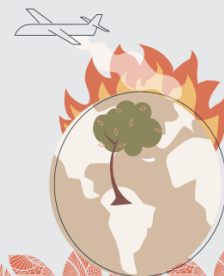
Decolonialidade e Políticas Públicas de Turismo em Rondônia

Tainá Sousa Oliveira¹

Resumo

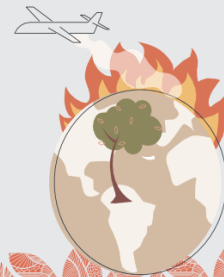
O trabalho desenvolvido de maneira interdisciplinar entre as disciplinas de Turismo, Patrimônio e Meio Ambiente e Memória, Patrimônio e Decolonialidade do Mestrado em Turismo e Patrimônio, investiga a necessidade de repensar e reestruturar as políticas públicas de turismo do estado de Rondônia sob uma perspectiva decolonial, valorizando as culturas indígenas e locais e promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A pesquisa surge diante de um contexto em que o potencial turístico da Amazônia, especialmente de Rondônia, permanece subvalorizado e obscurecido por narrativas colonialistas que desconsideram as referências culturais do estado. O trabalho destaca como a visão colonialista ainda é prevalente nas práticas turísticas da região, muitas vezes reduzindo os povos indígenas a estereótipos ou os excluindo dos processos de decisão. Como aponta o levantamento do IBGE em 2019, a região Norte é a menos visitada do Brasil, e Rondônia, apesar da diversidade cultural e ambiental, ainda carece de políticas eficazes para integrar esses elementos no turismo. Com base nessa realidade, o estudo tem como objetivo principal analisar como a abordagem decolonial pode transformar as políticas públicas de turismo em Rondônia, conferindo-lhes uma perspectiva representativa. O estudo segue uma abordagem qualitativa, fundamentada na estratégia de estudo de caso. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas análises documentais e revisão de literatura. A análise documental incluiu a avaliação de registros como normativas da Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia (SETUR), cartilhas institucionais e dados do IBGE. A revisão bibliográfica abrangeu obras relevantes sobre decolonialidade, turismo sustentável e a história do estado, como as contribuições de Lander (2005), Costa (2016), Batista Júnior (2009) e Almeida et al. (2022). A análise comparou conceitos teóricos com práticas de turismo em Rondônia, identificando problemas entre a narrativa histórica colonial e as demandas contemporâneas por maior inclusão cultural. Como parte da metodologia, foram avaliadas as Cartilhas de Turismo de Rondônia, que oferecem uma visão geral dos atrativos turísticos do estado. A análise revelou que as políticas públicas de turismo em Rondônia ainda são fortemente influenciadas por uma perspectiva eurocêntrica. Os documentos oficiais priorizam a promoção econômica e ignoram a valorização das culturas indígenas e ribeirinhas, perpetuando uma narrativa que marginaliza essas comunidades. As cartilhas de turismo, por exemplo, destacam atrações históricas e culturais, como o Memorial Rondon e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mas frequentemente omitem as contribuições das populações indígenas. Autores como Lander (2005) argumentam que a colonialidade está enraizada nas ciências sociais, enquanto Costa (2016) explora como essa lógica colonial se perpetua na América

¹ Pós-graduada em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural, Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Mestranda em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto. <http://lattes.cnpq.br/1843388629922021>. taina.olivira@aluno.ufop.edu.br



Latina. Ambos os conceitos foram utilizados para interpretar a exclusão de culturas locais nas práticas turísticas. Em paralelo, Batista Júnior (2009) destacou a falta de infraestrutura turística em Porto Velho, enquanto Almeida et al. (2022) apontaram a necessidade de construir uma marca territorial sólida para Rondônia, que atualmente carece de estratégias eficazes para promoção turística. Apesar de avanços como a criação da SETUR, regulada pelo Decreto nº 9080/2000, que visa desenvolver o turismo sustentável, a regulamentação não aborda diretamente a valorização dos povos originários. A falta de diretrizes específicas para integrar as culturas locais nas políticas públicas foi identificada como uma lacuna significativa. A inclusão de uma perspectiva decolonial pode transformar a dinâmica do turismo em Rondônia. Práticas como o turismo comunitário, sugerido por Schneider e Alvarenga (2015), por meio de um processo participativo poderá incluir as comunidades indígenas, permitindo que elas conduzam e desenvolvam produtos turísticos culturalmente inclusivos. Além disso, se faz necessária a recontextualização dos roteiros turísticos, incorporando a história pré-colonial e as resistências indígenas, buscando corrigir a predominância de narrativas colonialistas. Os roteiros propostos também devem incluir atividades que promovam a economia local, como a venda de artesanatos e a participação em experiências culturais conduzidas por comunidades locais. Conclui-se que a reforma das políticas públicas de turismo em Rondônia sob uma perspectiva decolonial é essencial para que haja a devida inclusão da diversidade cultural e étnica do estado. Essa transformação requer um processo participativo das comunidades locais, sejam indígenas, ribeirinhas e rurais no planejamento e execução das políticas de turismo. Como limitações, destaca-se a dificuldade em encontrar documentos e registros das práticas e referências culturais dos grupos marginalizados em Rondônia. Para tal, é necessário que sejam desenvolvidas pesquisas de registro das práticas culturais dos mais diversos grupos sociais no estado. Para estudos futuros, sugere-se investigar as experiências das comunidades e a relação com o turismo, compreender o funcionamento de modelos de turismo comunitário que priorizem essas populações no processo decisório.

Palavras-chave: Decolonialidade; Políticas Públicas; Turismo Rondoniense; comunidade; Turismo Comunitário.



Referências

ALMEIDA, G. G. F. de; BRIDI, G.; ARAÚJO JÚNIOR, E. M. de; SANTANA DA SILVA, N. C.; DAMASCENO, M. L. B. *Marca Territorial como Estratégia nos Planos Estaduais de Turismo: Os Casos RN, RO e RS. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 2, p. 295-311, mai-ago, 2022.

BATISTA JÚNIOR, P. R. *Turismo Sustentável em Porto Velho*. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Brasília, 2009.

COSTA, Marilena Chauí. *Modernidade e Colonialidade na América Latina: Reflexões a Partir do Patrimônio Territorial*. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 51-72, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Caracterização do Turismo no Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-nacional/item/download/1174_469e73cd7ce0ebdd0277a321a01a80c6.html>. Acesso em: 16 dez. 2023.

LANDER, Edgardo. **Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêntricos**. In: *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHNEIDER, A. H.; ALVARENGA, F. *Desenvolvimento Participativo de Produtos Turísticos em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 159-175, fev./abr. 2015.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO DE RONDÔNIA (SETUR). Decreto nº 9080, de 8 de maio de 2000. **Define a estrutura e competências da Superintendência Estadual de Turismo**. Rondônia, 2000. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D9080.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.